

HISTORICIZANDO A TEORIA DA ATIVIDADE: DO EMBATE AO DEBATE

HISTORICIZING THE ACTIVITY THEORY: THE CLASH IN TO DEBATE

Gustavo Martins Piccolo

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil

RESUMO

O presente artigo busca, mediante um processo de revisão de literatura, investigar analiticamente as origens, fundamentos e a estrutura da teoria da atividade, entendida como uma forma dialética de relação entre o homem e a realidade histórico-concreta, cuja materialidade é capital ao processo formativo do psiquismo humano. Tal teoria deriva-se dos estudos de Vygotsky e é sistematizada em seu aparato conceitual por Leontiev. Além disso, trazemos ao corpo do texto fundamentos acerca das discussões sobre a validade da teoria da atividade e as possíveis fontes epistemológicas e ideológicas das críticas dirigidas a tal aparato conceitual, objetivando transformar tal embate em um debate acalorado, todavia, profundamente comprometido para com uma psicologia crítica e transformadora.

Palavras-chave: teoria da atividade; psicologia; psiquismo.

ABSTRACT

This article aims, through a process of literature review, analytically investigate the origins, bases and structure of activity theory, understood as a form of dialectical relationship between man and the concrete historical reality, whose materiality is a crucial element to the formative process of the human psyche. This theory derives from Vygotsky studies, being systematized in its conceptual apparatus by Leontiev. Moreover, we bring in the body of text the principles of the debate on the validity of the theory activity and this possible fountain of epistemological and ideological criticisms of this conceptual apparatus, aiming to transform this clash in a debate, deeply committed to a critical and transformation psychology.

Keywords: activity theory; psychology; psyche.

Introdução

Inegavelmente temos experimentado nos últimos decênios uma profusão exponencial no número de estudos em educação que abordam direta ou indiretamente os pressupostos e ideias desenvolvidos pela Escola de Vygotsky. Todavia, de acordo com Duarte (2003, 2004), tal fenômeno não se materializou em um movimento de aprofundamento sobre os principais constructos erigidos pela psicologia histórico-cultural, sendo essa uma característica que denota a premência em se investigar analiticamente os conceitos manifestos por esta vertente teórica da psicologia, a fim de traçarmos novos campos de intervenções e práticas sociais.

Posto isso, objetivamos neste trabalho realizar um estudo historiográfico sobre a teoria da atividade, que foi formulada embrionariamente por Vygotsky e desenvolvida por Leontiev, intuindo arquitetar uma discussão analítica sobre seus pressupostos e fundamentos ontológicos, além de destacar alguns aspectos no que

tange a crítica hodierna que tal teoria vem recebendo por diversos pesquisadores que se dizem filiados a tal referencial teórico, tais como Rey (2003, 2009), Abuljanova (1973), Chudnovsky (1980), Bozhovich (1976, 1977), dentre outros. Assim, por meio de um processo de revisão da literatura, pretendemos efetivamente adentrar no arcabouço conceitual de Leontiev, posto acreditarmos que tal imersão pode esclarecer alguns dos mal-entendidos criados contemporaneamente sobre sua obra, além de enriquecer nosso pensar sobre a ciência psicológica.

O pano de fundo sobre o qual se formou a teoria da atividade

Inegavelmente, a origem do conceito de atividade em psicologia deriva do tratamento sociológico dado à categoria de trabalho por Marx (1987), visto como a atividade cardeal na formação do gênero humano e no processo de domínio do homem sobre a natureza. Tal

pressuposto engendra um duplo movimento dialético entre reprodução e criação fincado nas categorias de apropriação e objetivação, as quais possibilitam entender o complexo processo de humanização do próprio homem como também o caráter histórico e social das mais diversas correntes teóricas.

Devido a esses elementos, o conceito de trabalho realiza, nos dizeres de Marx (1987), uma verdadeira ruptura no campo do saber filosófico, se interpondo radicalmente contra o materialismo mecanicista de Feuerbach, o qual considerava o objeto como produto independente da atividade humana; além de estabelecer uma cristalina oposição ao cerne das ideias sustentadas por correntes idealistas, que não concediam qualquer importância à atividade sensível e à prática no processo de conhecimento. É o trabalho como atividade reprodutora, criadora e transformadora, seja de ideias, da natureza ou do próprio ser humano, que se insurge como pedra angular do materialismo histórico, do qual Vygotsky é caudatário.

Tal posição de corte analítico entre o materialismo mecanicista e o idealismo igualmente era experimentada, nas palavras de Vygotsky (2004), no campo da psicologia até os dois primeiros decênios do século XX. A saída de tal espécie de atoleiro epistemológico foi buscada por Vygotsky (1991) igualmente na utilização do conceito de trabalho/atividade expresso em Marx. Primeiro Marx, para quem a consciência não emerge passivamente das relações entre sujeito e objeto, mas, sim, da atividade prática dos sujeitos, depois Rubinstein (1963, 1979), ao frisar reiteradamente que os processos mentais e a consciência não apenas se manifestam pela prática da atividade, pois têm nesta o motor de arranque de seu processo formativo, ou seja, se formam a partir dela; representam o ponto de ancoragem a partir do qual Vygotsky (1991, 1995) desenvolverá o arcabouço teórico que, juntamente com Luria e Leontiev, dará origem a corrente denominada atualmente de psicologia histórico-cultural.

Vygotsky (1991) intentou principiar uma crítica similar àquela empregue por Marx (1987) contra as correntes filosóficas idealistas e mecanicistas. Para tanto, destacou como cientificamente inconsistente a oposição dualista que reinava na psicologia entre o que era chamado de psicologia subjetiva ou introspeccionista e a psicologia objetivista, incluindo aqui a reflexologia bejteriana e o conductismo americano. De acordo com Vygotsky (1991), ambas as correntes teóricas não davam conta da explicação dos processos decorrentes da relação entre ser humano e realidade, pois ignoravam a presença de mediadores em tal contato, seja na categoria de instrumentos ou ferramentas. No entender de Vygotsky (1995), é justamente a presença de nexos mediativos na qualidade de signos ou

ferramentas que propiciam ao humano o aparecimento daquilo que o autor denominou de funções psíquicas superiores. Este é o primeiro elemento efetivamente revolucionário nos estudos de Vygotsky (1995) sobre o qual se desenvolverão uma série de outros importantes constructos, a citar: o princípio da internalização; as raízes do desenvolvimento do pensamento e da linguagem; a zona de desenvolvimento proximal; as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, dentre outros.

A envergadura de tais proposições e o período existencial de poucas primaveras vividas por Vygotsky engendra como consequência lógica, de acordo com Ratner (1995), o fato de seus constructos não poderem ser interpretados como produtos acabados, mas, sim, como aportes cognoscitivos sobre os quais devem se desenvolver, mediante o prisma da dialética, uma gama de relações sócio-históricas posteriores. Tais relações, nas palavras de Ratner (1995), basicamente se dirigiram no seio da psicologia soviética face a três direções, a citar: (a) o estudo da personalidade em si e das distintas formas de motivações no seu corpus constituinte, coordenada por Bozhovich; (b) o aprofundamento da neuropsicologia sob os auspícios de Luria, e (c) a constituição da teoria da atividade por Leontiev.

Direcionando nosso foco de análise no que tange às derivações de Vygotsky (1995) que darão corpo aos estudos de Leontiev sobre a categoria de atividade, destacamos, além das já citadas incursões em Marx e Rubinstein, a ideia original de Vygotsky (1995), como pontua Talizina (1988), dos princípios dialéticos da unidade da atividade externa/interna da psique e o focar do psíquico como produto essencialmente social. Entretanto, Vygotsky, como pontua Galperin (1992), acabou por concentrar-se em seus estudos nas relações entre pensamento e linguagem. Ainda assim, como atesta o próprio Leontiev (1978a), suas contribuições constituem o estopim inicial ao pensar sobre a teoria da atividade, devendo essa ser considerada como continuação dos estudos do mesmo, fato que afasta qualquer ideia de independência intelectual do conceito de atividade para com as ideias do fundador da tríade.

Rubinstein (1979) deve ser considerado o segundo parceiro da teoria da atividade, embora hodiernamente se tenha percebido que, mais do que a atividade em si, o que o referido autor estudou foram peculiaridades psicológicas gerais, mesmo assim, foram peculiaridades daquelas que marcaram todo um caminho posterior em psicologia.

Predecessor de Vygotsky e Leontiev, Rubinstein (1963) erigiu seus estudos psicológicos com base nas análises dos manuscritos econômico-filosóficos de Marx, sustentando três teses básicas, quais sejam: (a) o reconhecimento do trabalho no processo de formação psicológica do homem, (b) a ideia de que o mundo dos

objetos criados pela atividade humana atua mediata-mente sobre o processo de formação dos sentidos e da consciência, e (c) a concepção de que a psicologia humana e nossos sentidos são produtos da história cumulativa das gerações precedentes. Na senda de tais pressupostos, Rubinstein (1979, p. 357) frisa que “lo psíquico no sólo constituye un estado interno. De ahí que sean objeto de investigación psicológica no solo la actividad mental, espiritual y teórica del hombre, sino, además, su actividad práctica”. Materializada a centelha do que se denominou de atividade, coube a Leontiev engendrar a fagulha e se debruçar sobre os nexos conectivos de tais pressupostos. E ele o fez auspiciosamente conjuntamente ao grupo de Kharkov (Galperin, Elkonin, Zaporozhets, Davidov, Zinchenko e Talizina) durante longos anos de trabalhos a fio.

A categoria de atividade

O conceito de atividade é um dos pressupostos centrais no materialismo-histórico, na medida em que origina a liberdade, o desenvolvimento histórico-social da humanidade, e, conseqüentemente, o desenvolvimento individual. Segundo Davidov (1988, p. 27), “la categoría filosófica de actividad es la abstracción teórica de toda la práctica humana universal, que tiene un carácter histórico social. La forma inicial de actividad de las personas es la práctica histórico social del género humano”. Ou seja, a atividade laboriosa, transformadora da natureza externa e interna que põe em descoberto a universalidade do indivíduo humano.

Nesse sentido, Talizina (1988) destaca que o conceito de atividade congrega um conjunto de processos sintetizadores de uma atitude vital do homem em relação ao meio que o cerca, mas não de um homem que atua passivamente perante essa realidade, e sim de um ser social que a transforma ativamente e, como consequência, também, se transforma. Por isso, para Asmolov (2002), a história humana é produto de uma dupla transformação, da natureza bruta e também da natureza humana, tanto em termos corpóreos como psíquicos e cognitivos.

Ambas as transformações se relacionam dialeticamente mediante o emprego humano das ferramentas e dos signos, cuja descoberta científica permite a superação de todas as correntes psicológicas baseadas no esquema estímulo-resposta, posto possibilitar a visualização de que o homem não se relaciona direta e espontaneamente com o ambiente que o cerca, mas, sim, governado pelos conhecimentos condensados pelas gerações humanas precedentes.

Leontiev (1978a, 1981, 2005) frisa que o conceito de atividade objetiva a explicação dos processos psíquicos como derivados da relação do homem perante

a realidade, fato este que possibilita compreender a consciência como produto histórico mutável. Assim, o objeto de análise da teoria da atividade não é o sujeito ou o meio considerados isoladamente, mas o duplo processo dialético de transformação entre sujeito e meio.

Em outros termos, atividade é a mediação concretizada face à realidade externa, representando o principal nexo de nosso enraizamento ao mundo, na medida em que possibilita a satisfação de nossas necessidades físicas, materiais, espirituais e culturais. Para Davidov (1988, p. 8) “a essência do conceito filosófico-psicológico materialista dialético da atividade está em que ele reflète a relação entre o sujeito humano como ser social e a realidade externa – uma relação mediatizada pelo processo de transformação e modificação desta realidade externa”. A atividade se complexifica a cada vez que novas necessidades e diferentes relações são criadas no seio do trinômio homem-sociedade-natureza, por isso, historicamente o processo técnico de divisão do trabalho promoveu aquilo que podemos denominar de composição da atividade em parcelas fragmentares, as quais mantêm uma relação mediata com o todo, tal como as ações e operações (Leontiev, 1978a).

Colocados esses elementos, fica nítida a importância e amplitude do conceito de atividade no desenvolvimento da própria psicologia histórico-cultural. Para Leontiev (1978a, p. 68), “por atividade, designamos os processos psicologicamente caracterizados por aquilo que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar essa atividade, isto é motivo”. Logo, nem todos os processos que estabelecem uma relação homem e natureza devem ser denominados de atividade, uma vez que, em algumas circunstâncias, as relações com os objetos alvos de nossas intervenções não estão direcionadas para a satisfação direta de uma necessidade.

No esteio da teoria de Leontiev, a categorização da atividade traz consigo uma relação de coincidência entre o motivo e o objetivo de determinada empreitada teleológica. Tal relação deriva do entendimento, por parte de Leontiev (1978b, 2005), do conceito de trabalho de Marx como um modelo por excelência de atividade humana orientada para um objeto. Para Leontiev (1978a, 2005), o conceito de atividade configura-se como o método principal de conhecimento do reflexo psíquico, já que o estudo da consciência e da psique acaba por se remeter invariavelmente à análise da atividade dos indivíduos em dado contexto histórico.

Nesse contexto, a consciência é vista como produto subjetivo da atividade objetiva humana, portanto, sua análise criteriosa consiste inevitavelmente na descoberta dos elementos particulares e gerais da atividade, “consiste, portanto, em encontrar a estrutura da atividade humana engendrada por condições históricas concretas,

depois, a partir desta estrutura, pôr em evidência as particularidades psicológicas da estrutura da consciência dos homens” (Leontiev, 1978a, p. 100). Sinteticamente, atividade é, nas palavras de Leontiev (2005, p. 66) a “unidade molar não aditiva da vida do sujeito corporal e material ..., não é uma reação, tampouco um conjunto de reações, mas, sim, um sistema que possui uma estrutura, mudanças internas e transformações, desenvolvimento.”

Ancorado em pressupostos do materialismo histórico, Vásquez (1977) enfatiza o caráter global e amplo do conceito de atividade, principalmente quando consideramos que sua gênese congrega basicamente uma relação de transformação de matéria-prima em algum produto, seja esse produto material, fisiológico ou espiritual, logo, os animais também possuem atividade. Focado em tais elementos, Castro (2009) intui ressaltar a inconsistência da teoria da atividade mediante a utilização do conceito de práxis para distinguir a atividade humana da atividade animal, algo que para o referido autor inexistente em Leontiev, todavia, se equivoca ao não analisar em profundidade a teoria da atividade. Acerquemo-nos desse debate.

Na práxis, o processo transformativo resulta necessariamente de uma ação posta no plano ideal que coordena a relação homem/mundo e delimita previamente o resultado do produto de tal transformação, tal como o ceramista que desde a colheita da argila tem em mente o objeto de torná-la vaso, representação subjetiva da tríade passado-presente-futuro inexistente nos animais, governados pela presença inelutável do presente (Vásquez, 1977).

Em tal escopo teórico, a práxis não se restringe a alterar as formas da matéria que a natureza lhe fornece, mas em materializar nela suas próprias finalidades. A práxis não fica restrita a uma abstrata antecipação ideal como se fosse um processo meramente cognitivo, pois é movida por um desejo em sincronia com certa necessidade (Castro, 2009). Todavia, tais elementos não contradizem o conceito de atividade de Leontiev (1978a, 2005), muito pelo contrário, pois acabam por afirmar os pressupostos do psicológico soviético.

Além disso, a ideia de um devir reflexivo também não estabelece qualquer ruptura com a atividade pensada por Leontiev, pois, de acordo com Davidov (1988, p. 33), o conceito de atividade tenciona buscar o que ainda “não existe, mas que é possível e que está dado ao sujeito somente como finalidade, mas ainda não feito realidade”. Coerentemente, torna-se notória a aproximação do devir histórico contido na teoria da atividade e na ideia de práxis. Para Leontiev (2005), na atividade altamente desenvolvida o sujeito organiza suas ações em decorrência do que pode vir a ocorrer no futuro, mas tal futuro ainda não existe, é uma realidade em devir. Em tal contexto atitudinal, a finalidade

plasmada em imagem do futuro determina nossas ações sobre o presente, define a ação real e o estado do sujeito.

Assim, a imagem de uma realidade a ser transformada não está ausente da estrutura da atividade. É fato que Leontiev (1967, 1978a, 1978b, 2005) não trabalhou com a etimologia práxis, todavia, não esteve avesso às discussões permeadas na senda da referida categoria, tal como a distinção entre atividade humana e animal, tema que perpassa, juntamente com a diferenciação entre atividade mediata e imediata, o arcabouço da atividade em Leontiev.

É justamente a distinção feita por Leontiev (1978a) entre a atividade humana e a animal que nos permite compreender o processo de diferenciação entre a atividade e ações, assim como visualizar níveis de complexidade entre a atividade como conceito em si. Para Leontiev (1978a, 1981), tanto a atividade humana como a animal são guiadas por um motivo. Nos animais tal motivo sempre está em correspondência direta com o objetivo da atividade, logo, existe uma relação imediata e espontânea entre o motivo da atividade, aquilo que o leva a agir, e o objeto da atividade, sintetizado em direção àquilo que se dirige a atividade animal.

Destarte, quando o animal obtém sucesso em sua atividade, produz concomitantemente a satisfação de seu desejo. Se tiver fome mata a presa que perfaz seu alimento, ficando clara a relação entre necessidade e objeto, conteúdo (o que faz) e motivo (por que faz). Inversamente, a complexidade da atividade humana, portanto, coletiva e social, produziu historicamente a dissociação (não necessariamente alienante) entre o motivo e o objeto da atividade, cuja existência está alicerçada no processo de desenvolvimento da divisão técnica do trabalho e, mais especificamente, na originalidade que envolve o processo de superação do ser biológico a um ser cultural sócio-histórico, enfim, a humanização do humano (Duarte, 2003, 2004).

Durante tal processo, a atividade humana se enraizou no esteio das relações sociais assumindo uma forma essencialmente mediada pela qual deixa de existir a relação imediata entre o motivo e o objetivo da atividade, caráter imperativo ao aparecimento de uma estrutura mais complexa por trás da interposição do homem frente à realidade que o circunda. Nesse contexto, a atividade passa a ser composta por ações mediante um processo de divisão técnica do trabalho, que se acentua posteriormente com o aparecimento da sociedade de classes e da propriedade privada. O exemplo da atividade de caça (com a distinção das ações entre os que preparam as ferramentas, os batedores, os que efetivamente irão caçar e aqueles que preparam o fogo e o alimento) citado por Leontiev (1978a) é sui generis neste sentido, não sendo necessária sua reprodução por ser demais conhecida no contexto da Escola

de Vygotsky .

São as relações existentes entre as ações que acabam por permitir a realização com sucesso da atividade humana complexa, por isso, Engstrom (1987) destaca só haver sentido falar em atividade quando a pensamos como um sistema composto por múltiplos elementos interdependentes. Posto isso, parece-nos nítido que o aparecimento das ações funciona como um processo parcelar da atividade em unidades menores e plausíveis de materialização por um único indivíduo, contudo, é importante ressaltar que tais unidades menores definidas como ações, apesar de não possuírem uma relação direta com o motivo da atividade, guardam consigo íntima relação com o todo, em outros termos, uma relação mediada com a própria atividade em si quando considerada a partir do conjunto de relações sociais que a compõe.

Em síntese, a ação deve ser entendida no contexto da teoria da atividade como um processo subordinado a um objetivo anteriormente estabelecido e consciente, enfim, um processo orientado mediatamente pelo motivo da atividade, na medida em que apenas existe como integrante de um conjunto maior que é o da atividade. Complementando este raciocínio, destacamos que a única situação em que não há distinção entre ação e atividade se traduz no contexto em que a atividade se compõe de uma única ação, a qual se manifesta, por exemplo, quando uma pessoa produz fogo para se aquecer ou espanta um animal para dele se distanciar, todavia, na maioria das vezes, as atividades humanas constituem-se a partir de uma complexa arquitetura mediadora de relações entre ações intercomplementares (Duarte, 2003).

Complexo talvez seja a melhor palavra que denomine o sistema de atividade de Leontiev (1978a, 1981, 2005), organizado em torno de necessidades, motivos, finalidades e condições para se obter tais finalidades, cujos componentes basilares são as ações e as operações, definidas como caminhos por meio dos quais se realizam as ações, cuja efetivação está relacionada às condições objetivas existentes para a execução de suas tarefas.

O fato de as atividades se estruturarem por intermédio de alguns componentes não facilita seu processo compreensivo, pois sua totalidade constituinte não pode ser definida por um processo aditivo de seus elementos. Para Leontiev (1978a), a atividade humana existe em forma de cadeia de ações e devido à relação dialética existente nesse processo, em determinadas situações históricas concretas, as atividades podem se transformar em ações, e vice-versa, dependendo dos motivos orientadores das práticas humanas. Assim, uma atividade pode se converter em ação por perda do motivo suscitado, já a ação pode se transformar em uma atividade particular com a transformação de seu

motivo, ou até em uma operação.

Por fim, cabe novamente reiterar a necessidade como estopim desencadeador da atividade (e tal necessidade quando conectada a um objeto é identificada por Leontiev sob a denominação de motivo). É justamente a satisfação de tais necessidades que permitem o aparecimento de outras ainda mais complexas, logo, dotadas de maior grau de genericidade, cuja consubstanciação se mostra imprescindível ao próprio processo de desenvolvimento ontológico, por isso, para Leontiev (1967, p. 28), o processo de humanização carrega “en la propia organización corporal de los individuos la necesidad de entrar en una relación activa con el mundo, porque tenemos que actuar para existir, influir e ser influido por el mundo, así lo modificamos e somos modificados”. Leontiev (1967, p. 87) complementa tal raciocínio com a seguinte assertiva: “por eso, lo que los hombres son está determinado por su actividad, la cual está condicionada por el nivel ya alcanzado en el desarrollo de sus medios y formas de organización”. Apresentados os principais elementos da teoria da atividade, passemos agora a destacar algumas das principais polêmicas hodiernas em torno de tal conceituação.

Os debates e embates sobre a teoria da atividade

A teoria da atividade gozou de grande prestígio durante quase meio século na extinta União Soviética, representando um constructo cardeal para autores que se valem da psicologia histórico-cultural como marco teórico, contudo, sua profusão trouxe também o insurgir de diversas críticas sobre seus principais apontamentos, algumas das quais retratadas a seguir.

A crítica mais consistente da teoria da atividade foi feita por Engeström (1987, p.1), o qual entendia a atividade como a “menor e mais simples unidade de análise que ainda preserva a unidade essencial e qualidade integral subjacente a qualquer atividade humana”. De acordo com Engeström (1987, 1999), existiram ao longo da história três gerações da teoria da atividade, embora essa divisão seja controvertida, principalmente em função da posição que deve ser ocupada por Leontiev em tal tríade geracional (se primeiro ou segundo).

A primeira geração é representada por Vygotsky e Leontiev, que efetivamente sistematizou o conceito de atividade e a hierarquia de tal sistema. Já a segunda desenvolveu-se a partir dos estudos do próprio Engeström (1999), tendo por foco a análise das relações socialmente estabelecidas em um sistema de atividade, expandindo o modelo de Leontiev, na medida em que esse passa a ser composto pelos seguintes elementos: artefatos, sujeitos, objetos, divisão de trabalho, regras

e comunidade (sendo que os dois últimos elementos realmente representam uma inovação em relação aos estudos de Leontiev e ao seu sistema de atividade hierarquizado entre atividade, ações e operações (1978a, 1981, 2005).

A visão de sistema contida no modelo de atividade em Engestrom (1999, p. 39) faz com que esse destaque que a atividade apenas é alcançada a partir da “negociação, e lutas constantes entre diferentes metas e perspectivas de seus participantes. O objeto e o motivo de uma atividade coletiva são algo como um mosaico em constante evolução, um padrão nunca inteiramente acabado”, sendo a contradição o elemento cardeal na transformação de novas necessidades a serem satisfeitas no seio da atividade. A inovação de Engeström (1999) para a teoria da atividade é o seu pensar efetivo nas relações entre sujeito-sujeito, ou seja, quando o objeto para o qual se dirige uma dada atividade é o próprio sujeito, cujo exemplo se processa durante a prática do processo comunicativo. Tal relação de fato não está desenvolvida nos estudos de Leontiev e necessita imperiosamente de aprofundamentos teóricos.

Engeström (1987, 1999) destaca que a terceira geração é composta pelos autores que investigam a teoria da atividade como uma rede de atividades, todavia, o mesmo não é claro em suas explicações, posto não frisar estudos duradouros sobre o referido conceito e, tampouco, definir tal estrutura de forma sistemática. Assim, a suposta terceira geração parece corporificar mais a prática de um recurso didático do que epistemológico propriamente dito.

Além dos debates apontados por Engeström, que perfilha uma posição favorável à teoria da atividade, faz-se de fundamental importância citar autores que estabelecem posições críticas quanto aos apontamentos expressos por tal teoria. As referidas posições começam a borbulhar no cenário internacional a partir de 1977 com a realização do V Congresso de Psicologia da União Soviética, intitulado “O problema da atividade na psicologia soviética”, que traz em suas diversas críticas quatro elementos reiterativos: (a) a tentativa de desvinculação de qualquer relação existente entre a teoria da atividade e os estudos de Vygotsky; (b) a crítica ao caráter supostamente mecanicista da teoria da atividade, já que o meio externo determinava a constituição psíquica do sujeito; (c) a demarcação da atividade como arquitetura que buscava substituir a questão da subjetividade em psicologia, outorgando papel secundário ao homem no processo da atividade, e (d) a crítica a estrutura da atividade e ao papel determinante do motivo (Abuljanova, 1973). Passemos a investigar mais de perto alguns desses elementos. Acreditamos que a ligação de Vygotsky com a teoria da atividade está mais do que clara em nosso texto, por

isso, não teceremos comentários adjacentes sobre tal fenômeno. Em relação ao segundo e terceiro pontos de crítica, eles são claramente complementares, assim, serão analisados conjuntamente, enquanto o quarto aspecto finalizará nosso ensaio.

É Bozhovich (1977) quem principia a crítica ao que se denominou de sobrevalorização do princípio da atividade, chamando-a justamente de princípio por não acreditar ser uma teoria propriamente dita, mas apenas reconversão sob outra estrutura da interiorização do externo ao interno erigido por Vygotsky. Devido a isso, para Bozhovich (1976, 1977), a teoria da atividade de Leontiev fez com que essa passasse a ser um sistema em si e por si, analisando a efetiva constituição social da psique pela transferência unilinear do externo ao interno.

A crítica de Bozhovich (1976, 1977) é reiterada por Chudnovsky (1980), para quem, desde o momento em que a teoria da atividade foi assumida como a real psicologia soviética, o problema da psique e da subjetividade foi completamente subvalorizado em tal ciência. Para o referido autor, a necessidade de luta pela compreensão materialista do desenvolvimento social exigiu forte acento na análise das forças produtivas e nas relações econômicas, fundamental em um primeiro momento da teoria da atividade, mas que se tornou imperdoável quando de sua conversão em um dogma que lembra o materialismo mecanicista de Feuerbach, na medida em que o externo se transformou em um princípio autoexplicativo e universalizante.

Outro que estabelece duras e pertinentes críticas à teoria da atividade é Rey (2003, 2009), para quem a teoria da atividade se apoia justamente no elemento mais débil do pensamento de Vygotsky, qual seja: o conceito de internalização, de notória inspiração objetivista. Rey (2003) destaca que o princípio da interiorização se baseia na reconstrução interna de uma operação externa, não demarcando as complexas relações entre pensamento e linguagem. Além disso, a transformação de tal conceito em vanguarda teórica relacionou-se à pressão política derivada de uma interpretação positivista do marxismo sob o stalinismo, engendrando diversas perdas ao entendimento do complexo processo de formação humana.

Posto isso, torna-se nítido que a crítica dirigida à teoria da atividade e sua suposta des-subjetivação do psíquico tem como cerne o conceito de internalização, ponto nodal da teoria da atividade, mas também de toda a psicologia fincada no materialismo histórico e na busca incessante de rompimento com as filosofias idealistas e metafísicas.

A definição do princípio da internalização por Leontiev (1967, p.118) é encontrada quando ele destaca a necessidade imperiosa de que tudo aquilo “que es interno en las formas superiores haya sido antes externo,

es decir, que haya sido para otros lo que ahora es para uno mismo”, pois toda função psicológica é inicialmente uma função social. Leontiev (1978a, pp. 80-81) continua seu raciocínio ao destacar que as transições da atividade externa para outra interna e vice-versa apenas se fazem possíveis devido ao fato de a atividade exterior e a atividade interna gozarem de uma mesma estrutura, logo, em suas palavras “la actividad que es interna por su forma y que deriva de la actividad práctica externa, no difiere de esta, ni se superpone a ella, sino que supone un nexo de principio y además bilateral con ella”.

Tal assertiva esclarece que as relações psíquicas entre o externo e o interno não são unilaterais como frisavam Rey (2003) e Bozhovich (1977), mas bilaterais, o que refuta a ideia de objetivismo no princípio da internalização, assim como a concepção de que o interno seja uma mera e irrefletida cópia do externo. Assim, não se pode esquecer que do processo de apropriação do externo participam todos nossos sentidos, ou seja, não se trata de incorporação passiva, mas de um processo de transformação psíquica. Por isso, não há morte do sujeito no princípio da internalização, muito pelo contrário, pois o que notamos é o efetivo aparecimento do reflexo subjetivo da realidade objetiva, base do psiquismo na ótica materialista histórica.

Colocados esses elementos, transparece-nos que a crítica dirigida à suposta objetividade mecanicista da teoria da atividade resulta de uma profunda incompreensão do princípio de internalização e, fundamentalmente, da simplificação do conceito de apropriação, ou seja, de seu entendimento como estado de sinonímia à ideia de adaptação. Apropriar-se de algo é mais complexo do que se adaptar a esse algo. Assim, quando nos apropriamos de um instrumento, não apenas tomamos parte de sua estrutura funcional e orgânica, posto incorporarmos formas, necessidades e capacidades humanas ali objetivadas pelas gerações anteriores. Ou seja, a arte da apropriação tem suas raízes fincadas na própria ontologia do ser social, logo, quando falamos em objetos, esses não devem ser entendidos como entes somente físicos, mas sim expressão encarnada da atividade e experiência humana historicamente condensada.

Posto isso, é interessante ressaltar a diferença entre a adaptação e apropriação, uma vez que na adaptação está contida a ideia implícita de mudanças nas propriedades do sujeito para se adaptar a uma nova realidade. Nesse contexto, se adaptar ao objeto significa quase que se tornar parte dele. Em contrapartida, o processo de apropriação tem como objetivo central a produção em cada indivíduo das capacidades historicamente engendradas pela humanidade.

Nesse sentido, Aboulafia (1994, p. 4) destaca que qualquer atividade humana envolve um dialético processo de relação entre sujeito e objeto, no qual o último

é derivativo da condição de existência do primeiro e o primeiro do último, já que “o sujeito transforma os objetos e as propriedades do objeto penetra no sujeito e o transforma”. Na senda de tais elementos, Roth (2004) critica os que explicam a teoria da atividade sob um viés objetivista, pois em tal sistema está inequivocamente expressa a ideia de que as ações dos sujeitos alteram tanto o sistema da atividade como a constituição do próprio objeto. Além disso, como frisa Meshcheryakov (1979), a teoria da atividade de Leontiev nunca desconsiderou o papel das emoções, sentimentos e da consciência, a qual inequivocamente coloca em relevância uma relação constante entre as esferas objetivas e subjetivas. Aliás, como mostra Meshcheryakov (1979), uma das inquietações de Leontiev estava exatamente em demarcar a consciência como historicamente arquitetada pela síntese entre apropriação e objetivação gestada pelo processo de atividade humana, em síntese, a atividade é vista como a substância da nossa consciência.

Portanto, se é fato que no materialismo histórico a atividade é criada por necessidades engendradas a partir das condições concretas de vida, isso não significa uma determinação do externo sobre o interno na formação do psíquico, pois tal relação é dialética e não mecânica, pois ao entrar em contato com o objeto e nele me objetivar reflexivamente, o converto pela via do sentido em motivo de uma nova atividade e, por conseguinte, em novas necessidades.

Assim, o princípio da internalização, tão criticado por Rey (2003), não subtrai ou minimiza a dimensão subjetiva da história humana, e, sim, afirma sua objetividade, mesmo porque uma compreensão intensa e forte do sujeito requer como contrapartida uma concepção forte de objeto, destacando o ser humano como resultado das relações sociais apropriadas e objetivadas, relações essas cuja existência se materializa independentemente da vontade dos indivíduos, por isso, a ênfase nos fatores objetivos do desenvolvimento humano.

A força atribuída ao objeto e a preponderância dos processos históricos na formação do sujeito engendrada pela teoria da atividade de Leontiev fez com que Toomela (2000) apontasse a ineficiência de tal sistema em compreender o humano para além das relações socialmente condicionadas. Por isso, de acordo com Toomela (2000), a teoria da atividade se preocupou mais com a análise sócio-histórica que torna possível o surgir de certo sujeito do que com o estudo do psiquismo propriamente dito, ou seja, com aquilo que foge ao social.

O referido questionamento certamente se faz pertinente no seio da psicologia marxista, porém, sua resolução carrega um axioma de difícil desenvolvimento, a citar: estudar a psique como fenômeno em si sem praticar qualquer espécie de análise introspeccionista. Esse é um nó górdio que a teoria da atividade ainda está

longe de cortar, todavia, isto não sintetiza, como atesta Toomela (2000), a inviabilidade da teoria da atividade, mas, sim, afirma seu caráter de contínuo desenvolvimento no processo de superação por incorporação das antíteses dialéticas.

A polêmica expressa por Toomela (2000) ressoa na estrutura do sistema educacional, que parece muitas vezes querer escolher o caminho subjetivista vangloriado pelo referido autor como a forma mais democrática de se estar no mundo. Nesse universo, não são raros os múltiplos discursos construtivistas que reiteram não haver aprendizagem sem um sujeito, todavia, esquecem do fato de também não haver aprendizagem possível sem um objeto e conteúdo com o qual o aluno se relaciona com a história do gênero humano.

Parece-nos cristalino que sujeito e objeto apenas podem ser investigados em termos de suas relações e não como fenômenos isolados. É exatamente por esta intrincada relação entre sujeito e objeto que Cole (2009) destaca o caráter imperioso em se expandir o conceito de modelo de ações contido na teoria da atividade, pois tais ações não necessariamente são elementos universais ou homogêneos, logo, se transformam em dependência da cultura em que estão inseridas. Essa é uma tarefa ainda a ser arquitetada pelos teóricos da teoria da atividade.

Outro aporte que precisa ser expandido pela teoria da atividade diz respeito à delimitação das atividades principais em cada estágio de desenvolvimento experimentado pelo ser humano, já que tais atividades expressam formas de relações entre sujeito e meio, por conseguinte, realidades distintas tendem a ser expressas por atividades distintas. Espanta-nos a ausência de perguntas no seio da psicologia histórico-cultural do tipo: Será que os jogos protagonizados ainda são a atividade dominante do período pré-escolar hodierno, espaço cada vez mais premido de obrigações temporais e atitudinais? Tais questionamentos não são meras formalidades, posto representarem o anseio por entender o humano em seu processo formativo no que tange sua relação com a historicidade que o cerca. Nota-se também uma escassez em pesquisas sobre como atividades suplementares ou complementares atuam no desenvolvimento psíquico do ser humano e sobre a própria estrutura da atividade principal. Para citar apenas um exemplo, destacamos a quase inexistência de estudos que demonstrem como a atividade de estudo exerce influência na arquitetura do jogo dramático praticado pelos pré-escolares, sendo que deste exemplo vários outros podem ser retirados.

A crítica mais feroz à teoria da atividade se dirige ao papel que o motivo ocupa em tal sistema. Para Leontiev (1978a, p. 156), durante a realização da atividade “la variación más importante en el tránsito hacia el nivel psicológico consiste en el aparecer de relaciones móviles entre las necesidades y los objetos que las

satisfacen, que se rigen por los motivos”. A relação de motor da atividade conferida ao motivo é criticada por Bozhovich (1976, p. 30), para quem:

La definición propuesta por Leontiev es demasiado artificial, por lo tanto, no se puede utilizar adecuadamente. Cuando tratábamos de averiguar qué necesidades concretas se cristalizan en un motivo dado nos encontrábamos ante una complejísima combinación de necesidades, deseos e intenciones.

Tais elementos ecoam em Chudnovsky (1980, p. 49), que destaca a complexidade social da psique, logo, “No es la actividad por si misma ni la interacción de los tipos de actividad y motivos, sino los cambios en la esfera motivacional que ocurren en la marcha de la actividad que condicionan un nuevo nivel del desarrollo psíquico.”

A condição do motivo como estimulador da atividade é um fato incontestável na teoria da atividade de Leontiev (1978a, 2005), sendo esse responsável direto pela produção de novas necessidades e, consequentemente, de novas atividades, cujo devir e função histórica estão justamente no enriquecimento do gênero humano mediante a superação das necessidades biológicas. Além disso, é o motivo que, em Leontiev (1981), possibilita entender como o complexo de ações separadas e distintas podem ser significativas em um contexto global da atividade. Portanto, é inegável que Leontiev (1978a, 1981) efetivamente sobrevalorizou a questão dos motivos na realização da atividade sem se deter nas inúmeras determinações de tais pressupostos, alguns dos quais já demonstrados anteriormente por autores que, inclusive, assumem uma posição favorável à teoria da atividade. Todavia, também é inegável a coerência teórica que perpassa a obra de Leontiev (1967, 1978a, 1978b, 1981, 2005) quanto ao escopo analítico do materialismo histórico, cujos pontos procuramos apresentar neste trabalho.

Coerentemente, notamos uma densidade de pontos positivos na teoria da atividade que superam em muito as críticas dirigidas à invalidez de tal teoria, elementos positivos que vão desde a compreensão dos processos formativos dos seres humanos até questões mais particulares. Mas o que justifica tamanhas críticas para com a teoria da atividade de Leontiev?

Considerações finais

Primeiramente, é importante frisar que não somos contra a crítica em direção a certo arcabouço conceitual, muito pelo contrário, já que consideramos que por meio dela o saber científico perfaz avanços fundamentais ao repensar e enriquecimento da própria teoria em questão. Contudo, a crítica não pode confundir os conceitos so-

bre dada teoria com aquilo que dado contexto histórico objetivou fazer de tal teoria. Foi isso o que aconteceu com a teoria da atividade de Leontiev, cujos limites foram explorados em um sentido mais ideológico do que epistemológico, principalmente devido a três elementos que explicitaremos a seguir.

O primeiro deles está relacionado com a suposta ruptura entre Leontiev e Vygotsky durante a partida do primeiro para Kharkov, além, é claro, da misteriosa carta de Leontiev dirigida a Luria, comentada por Rosa Smekhova, mulher de Vygotsky, que em seu teor traria grafada por Leontiev a ideia de que Vygotsky seria uma etapa vencida, o ontem na psicologia. Tal mito do rompimento com o fundador da Tróika soou como traição de Leontiev para com Vygotsky, fato que explica parte de sua rejeição entre alguns autores no seio da psicologia histórico-cultural. Todavia, é importante ressaltar que tal carta nunca veio à tona, aliás, ao que tudo indica, como mostram Vigodskaja e Lifanova (1996), ela sequer existiu, havendo, na verdade, uma correspondência aberta e carregada de questões psicológicas entre Leontiev e Vygotsky, cujos maiores detalhes podem e devem ser conferidos em Tunes e Prestes (2009).

O segundo elemento crucial nas intensas críticas sofridas pela teoria da atividade está relacionado, como aponta Duarte (2003), a uma tentativa de desvincular a psicologia histórico-cultural do materialismo histórico e, conseqüentemente, do marxismo, do qual Leontiev é um dos mais fiéis representantes, cujos maiores exemplos são encontrados hodiernamente em Van der Veer e Valsiner (1996), que objetivam explicitamente demonstrar um rompimento das ideias de Vygotsky para com Leontiev e Marx.

O terceiro elemento que embasa a crítica da teoria da atividade de Leontiev circunda em torno da polêmica entre Leontiev (2005) e Lómov (1979) sobre os conceitos de atividade e comunicação, pois para Lómov (1979) é a comunicação, e não a atividade, o motor do desenvolvimento psíquico e do aparecimento da consciência. Esta é uma polêmica profunda no interior da psicologia histórico-cultural na qual não temos tempo para nos aprofundar, pois sua elucubração necessitaria também dos estudos de Luria, algo inviável neste artigo. Por ora, cabe frisar que a senda de tal polêmica é construída na suposta falta das relações entre sujeito-sujeito na teoria da atividade, preocupada singularmente no binômio sujeito-objeto. Sem tomarmos partido explícito em tal discussão, é importante frisar que Leontiev (1978a) de fato não analisou com densidade suficiente tal relação, mas também não podemos nos esquecer que, de certa forma, como pontua Leontiev (1981, 2005), a comunicação nunca deixa de ser uma atividade, ainda que articulada sobre outras bases que não a relação sujeito-objeto.

Além desses elementos, outro possível complicador ao entendimento equivocado da teoria da atividade reside naquilo que Tolman (1994) nomeou como a banalização do termo atividade na língua inglesa, que não possui o mesmo significado filosófico de atividade na língua russa ou alemã. Por isso, Tolman (1994) enfatiza que o vocabulário atividade em psicologia deve estar intrincado ao desenvolvimento do materialismo histórico e dialético.

Por fim, cabe pontuar alguns avanços na teoria da atividade engendrada por alguns de seus pesquisadores, tais como Kaptelinin e Nardi (2006), Murphy e Manzanares (2008), Hedegaard (2001), Chaiklin (2001), Roth e Lee (2007), Stetsenko e Arievitich (2004), dentre outros. Kaptelinin e Nardi (2006) afirmam que a teoria da atividade deve ser entendida como um constructo teórico que mescla o rigor do método científico da ciência tradicional sem abrir mão dos fatores sociais como molas ao desenvolvimento. Ambos focam, tal como Murphy e Manzanares (2008), o estudo das relações entre homem e computador, visto como importante ferramenta mediadora do homem com seu meio externo, além de amplificador das capacidades de aprendizagem do ser humano, por isso, suas análises adentram no seio do universo escolar.

Hedegaard (2001) trabalha a atividade dentro das salas de aula, todavia, seu escopo se dirige no que tange à apropriação dos conhecimentos clássicos pelos alunos, saberes que efetivamente resistiram ao tempo. Além disso, o autor reitera em seus estudos a apropriação da arte e da ciência como fundamentais ao desenvolvimento de artistas e cientistas, colocando em xeque a visão hegemônica do talento como um dom natural, ou melhor, sobrenatural.

Chaiklin (2001) traz os desdobramentos das relações epistemológicas e ontológicas sobre a teoria da atividade. Já Roth e Lee (2007) investigam o desenvolvimento da linguagem a partir da teoria da atividade, enfocando a questão da alfabetização, cujo intuito está em demonstrar como a teoria da atividade é uma teoria para a prática que oferece soluções para repensarmos os principais problemas educacionais hodiernos. Em contrapartida, Stetsenko e Arievitich (2004) trabalham com o processo de subjetivação dentro da constituição social do homem, processo extremamente complexo e caro ao universo da psicologia histórico-cultural.

Esperamos, assim, ter contribuído para o entendimento da teoria da atividade e de algumas polêmicas surgidas no curso de seu desenvolvimento, visando a transformar tal embate em um debate acalorado, mas profundamente comprometido para com uma psicologia crítica, atuante e verdadeiramente revolucionário quanto ao homem e a sociedade.

Referências

- Aboulafia, A. (1994). *Activity Theory: a way forward in HCI?* Copenhagen: University Copenhagen.
- Abuljanova, K. A. (1973). *El sujeto de la actividad psíquica*. Moscú: Nauka.
- Asmolov, Y. (2002). *Concepto de personalidad en la teoría de la actividad: perspectivas de la teoría histórico-cultural*. México: Puebla.
- Bozhovich, L. I. (1976). *La personalidad*. Habana: Ed. Pueblo y Educación.
- Bozhovich, L. I. (1977). *Estudio de las motivaciones de la conducta de los niños y adolescentes*. Habana: Ed. Pueblo y Educación.
- Castro, F. G. (2009). Materialismo histórico e definição de psíquico. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 182-192.
- Chaiklin, S. (2001). *The theory and practice of cultural-historical psychology*. Copenhagen: Aarhus University Press.
- Chudnovsky, U. E. (1980). *Problemas Psicopedagógicos de la Formación de la Personalidad y la Individualidad en la Edad Infantil*. Moscú: Editora Pedagógica.
- Cole, M. (2009). *Research in the cultural historical activity theory tradition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Davidov, V. (1988). *La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico: investigación psicológica teórica y experimental*. Moscou: Progresso.
- Duarte, N. (2003). A teoria da atividade como uma abordagem para a pesquisa em educação. *Perspectiva* (Florianópolis), 21(2), 1-21.
- Duarte, N. (2004). Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na Psicologia de A. N. Leontiev. *Revista Cadernos Cedes*, 24(62), 44-63.
- Engeström, Y. (1987). *Learning by expanding: an activity-theoretical approach to developmental research*. Helsinki: Orienta-Konsultit.
- Engeström, Y. (1999). *Activity theory and individual transformation*. Cambridge: Cambridge University.
- Galperin, P. (1992). The problem of activity in Soviet psychology. *Journal of Russian and East European Psychology*, 30(4), 37-59.
- Hedegaard, M. (2001). *Learning in classrooms: A cultural-historical approach*. Aarhus: Aarhus University Press.
- Kaptelinin, V. & Nardi, B. A. (2006). *Acting with technology: activity theory and interaction design*. Cambridge, MA: MIT.
- Leontiev, A. N. (1967). *El hombre y la cultura*. Buenos Aires: Editorial Grijalbo.
- Leontiev, A. N. (1978a). *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre.
- Leontiev, A. N. (1978b). *O desenvolvimento do psiquismo*. Buenos Aires: Horizonte Universitário.
- Leontiev, A. N. (1981). The problem of activity in psychology. In J. V. Wertsch (Org.), *The problem of activity in Soviet psychology* (pp. 37-71). Armonk, New York: M. E. Sharpe.
- Leontiev, A. N. (2005). The genesis of activity. *Journal of Russian and East European Psychology*, 43(4), 58-71.
- Lómov, B. F. (1979). Las categorías de comunicación y de actividad en la psicología. *Revista Voprosii filosofii*, 8(3), 157-175.
- Marx, K. (1987). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos* (4ª ed.). São Paulo: Nova Cultural.
- Meshcheryakov, A. (1979). *Awakening to Life*. Moscou: Progress Publishers.
- Murphy, E. & Manzanares, M. A. R. (2008). Using activity theory and its principle of contradictions to guide research in educational. *Australasian Journal of Educational Technology*, 24(4), 442-457.
- Ratner, C. (1995). *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rey, F. L. G. (2003). *Sujeito e subjetividade: aproximação histórico-cultural*. Cidade do México: Grijalbo.
- Rey, F. L. G. (2009). La significación de Vygotsky para la consolidación de lo afectivo en la educación. *Actualidades investigativas en educación*, 9(1), 1-24.
- Roth, W. M. (2004). Activity theory and education: An introduction. *Mind, Culture and Activity, California*, 11(1), 1-8.
- Roth, W. M. & Lee, Y. J. (2007). "Vygotsky's Neglected Legacy": Cultural-Historical Activity Theory. *Review of Educational Research*, 77(2), 186-232.
- Rubinstein, S. (1963). *El ser y la conciencia*. México: Grijalbo.
- Rubinstein, S. (1979) *Problemas de psicología general*. México: Grijalbo.
- Stetsenko, A. & Arieievitch, I. M. (2004). The self in cultural-historical activity theory: Reclaiming the unity of social and individual dimensions of human development. *Theory Psychology*, 14(4), 475-503.
- Talizina, N. (1988). *Psicologia de la enseñanza*. Moscú: Editorial Progreso.
- Tolman, C. (1994). *Psychology, society, and subjectivity: An introduction to german critical psychology*. London: Routledge.
- Toomela, A. (2000). Activity theory is a dead end for cultural-historical psychology. *Culture Psychology*, 6(3), 353-364.
- Tunes, E. & Prestes, Z. (2009). Vygotski e Leontiev: ressonâncias de um passado. *Cadernos de Pesquisa*, 39(1), 285-314.
- Van der Veer, R. & Valsiner, J. (1996). *Vygotsky: uma síntese*. São Paulo: Loyola.
- Vázquez, A. S. (1977). *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vigodskaja, G. L. & Lifanova, T. (1996). *Lev Semionovitch Vygotski: biography*. Oxford: Oxford University Press.
- Vygotski, L. S. (1991). *Obras escogidas* (Vol. 1). Madrid: Aprendizaje Visor.
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas* (Vol. 3). Madrid: Aprendizaje Visor.
- Vygotsky, L. S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em: 31/01/2010

Revisão em: 25/03/2010

Aceite em: 05/04/2010

Gustavo Martins Piccolo é Doutor em Educação Especial e Mestre em Educação pela UFSCar. Professor titular da E. E. Florestano Libutti, Araraquara/SP. Endereço: Alameda Estevo, 346. Gavião Peixoto/SP, Brasil. CEP 14813-000. Email: gupiccolo@yahoo.com.br

Como citar:

Piccolo, G. M. (2012). Historicizando a teoria da atividade: do embate ao debate. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 283-292.